



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

1.1. Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

Nome da autoridade competente: José Lindoso de Albuquerque Filho

Número do CPF: 085.357.524-04

Cargo: Diretor de Administração

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

1.2. UG SIAFI:

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 91144 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - UNIDADE GESTORA - 53014

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 91144 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - UNIDADE GESTORA - 53014

Observações:

- a) Identificação da Unidade Descentralizadora e da autoridade competente para assinatura do TED; e
- b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED, no campo "b", apenas caso a Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução tenha UG própria.

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

2.1. Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade federal da Paraíba - UFPB

Nome da autoridade competente: Valdiney Veloso Gouveia

Número do CPF: 442.051.554-68

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Universidade federal da Paraíba – UFPB

2.2. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 153065 - Universidade federal da Paraíba - UFPB
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: 153065 - Universidade federal da Paraíba - UFPB

Observações:

- a) Identificação da Unidade Descentralizada e da autoridade competente para assinatura do TED; e
- b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pela execução do objeto do TED, no campo "b", apenas caso a unidade responsável pela execução tenha UG própria.

3. OBJETO:

Avaliação de resultados obtidos através da fruição de incentivos fiscais provenientes da redução de impostos sobre a renda e adicionais não restituíveis e de reinvestimento sobre o setor de infraestrutura na área de atuação da Sudene.

Mais especificamente, a presente avaliação de resultados tem como objetivos:

- Avaliar a eficiência, eficácia e efetividade da política de incentivos fiscais no setor de infraestrutura sob gestão da Sudene;
- Realizar a avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da fruição dos incentivos fiscais no setor de infraestrutura na área de atuação da Sudene;

- Discutir, caso necessário, desenhos alternativos de formulação de políticas através da identificação de falhas de coordenação e/ou execução de planejamento e de ações no setor de infraestrutura na área de atuação da Sudene.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

4.1. META 1 - Revisão de Literatura, Estratégia Empírica e Diagnóstico

Nesta etapa, serão desenvolvidos o detalhamento do plano de trabalho que será executado, delineamento dos dados (agregado e desagregados) que serão necessários para o desenvolvimento da pesquisa e descrição pormenorizada das metodologias. Além disso, será realizada uma revisão da literatura e uma análise descritiva de dados sobre o objeto de estudo.

4.2. META 2 - Avaliação da Política de Incentivos para o Setor de Infraestrutura

Avaliação de Eficácia

Esta seção descreve os elementos necessários para avaliar a eficácia da política de incentivos fiscais ao setor de infraestrutura sobre variáveis socioeconômicas e do mercado de trabalho, entre os anos de 2009 e 2021. Para medir o impacto da política, serão considerados dois níveis distintos de agregação: as firmas e os municípios.

A nível de firma, busca-se comparar a evolução dos resultados das unidades em dois grupos distintos - o grupo de tratamento, composto por firmas que receberam os benefícios de isenção fiscal, e um grupo controle, composto por empresas elegíveis, mas que não obtiveram os incentivos fiscais. A definição precisa das empresas que compõem os grupos de controle e tratamento, no entanto, dependerá da disponibilidade de dados da Sudene quanto à indicação das empresas beneficiadas e da possibilidade de cruzamento de informações com bases de dados secundárias, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A estratégia empírica consiste na estimação de modelos de dados de painel com efeitos fixos. Mais especificamente, os impactos serão medidos através dos estimadores de Diferença-em-Diferenças (DD), o qual compara a evolução dos resultados entre os dois grupos, antes e depois da intervenção. Como variáveis de interesse, deseja-se estimar o efeito da política sobre o mercado de trabalho formal através do estoque de emprego, o salário médio, a massa salarial e o tipo de vínculo estabelecido entre empregado e empregador.

Em relação ao nível de agregação dos municípios, tal política pode impactar indicadores socioeconômicos de diversas dimensões. Como sugestão de indicadores de resultados agregados a nível municipal, regional ou estadual, tem-se: o Produto Interno Bruto - PIB (total e setorial), a renda per capita (IBGE), as condições de habitação da população (Censo Populacional), indicadores de saúde (DATASUS) e educação (INEP). Além disso, podem ser mensurados indicadores de pobreza e desenvolvimento das localidades, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Vulnerabilidade Social, disponibilizados pelo IPEA. Importante notar que a escolha adequada dos indicadores está condicionada à disponibilidade de informações sistematizadas durante os períodos anteriores e posteriores à política.

Para a construção de um grupo de controle, é recomendável que este possua características próximas ao grupo de tratamento em termos de características observáveis. Dentre os métodos mais tradicionais da literatura, destacam-se os métodos de pareamento através do escore de propensão (ROSENBAUM e RUBIN, 1983) e por entropia (HAINMUELLER, 2012). Nesse sentido, testes de robustez serão conduzidos a fim de analisar a sensibilidade dos estimadores de acordo com a estratégia de construção do grupo de comparação.

Dado que os incentivos fiscais não são estabelecidos em um mesmo ponto do tempo, firmas e municípios sofrem a intervenção gradualmente ao longo dos anos. Neste sentido, esta proposta de avaliação levará em consideração os estimadores dinâmicos e heterogêneos do tratamento, condicional ao recebimento dos incentivos. Diversos autores têm mostrado que em cenários onde diferentes unidades recebem o tratamento em diferentes pontos do tempo (*staggered adoption*), o estimador padrão de DD obtém estimativas enviesadas do verdadeiro efeito do tratamento (SUN; ABRAHAM, 2021; CALLAWAY; SANT'ANNA, 2021; GOODMAN-BACON, 2021; CHAISEMARTIN; 'HAULTFOEUILLE, 2020; BORUSYAK; JARAVEL, 2017). Portanto, são sugeridos alguns estimadores mais adequados para captar o verdadeiro efeito causal através de um modelo de estudos de eventos, garantindo a suposição de tendências paralelas, além de permitir capturar o efeito para cada período que se segue o tratamento.

Portanto, a fim de comparar os resultados obtidos pela estimação do modelo canônico em painel com *dummies* de unidade e tempo (*twoway fixed effects* ou TWFE), são apresentados os estimadores desenvolvidos por Sun e Abraham (2021), Callaway e Sant'Anna (2021) e Goodman-Bacon (2021), com análise concentrada na especificação "dinâmica" em estudos de eventos.

Atividades relacionadas

- Levantamento da revisão de literatura
- Definição da estratégia empírica adequado ao desenho de implantação da política;
- Construção e revisão da base de dados;

- Elaboração das rotinas de manipulação e estimação de modelos;
- Apresentação de resultados preliminares;
- Análises de robustez e heterogeneidade;
- Discussão dos resultados e principais conclusões

Avaliação de Eficiência

A teoria microeconômica presume que empresas devem alocar insumos (inputs) de forma eficiente para produzir certos produtos (outputs), com o objetivo de maximizar lucros ou minimizar custos. No âmbito do setor público, gestores precisam priorizar gastos, alocando recursos limitados para setores que ofereçam um maior retorno para a sociedade em termos de bens e/ou serviços oferecidos (eficiência alocativa). Medir o desempenho por meio da eficiência é uma parte essencial para o monitoramento e avaliação do processo produtivo de uma Unidade Tomadora de Decisão (decision making unit, DMU) e requer a determinação de uma função de produção para verificar as melhores práticas factíveis. Nesse contexto, a abordagem DEA, introduzida por Charnes et al. (1978) e Banker et al. (1984), tem sido aplicada em diversos estudos relacionados ao setor público, tal como verificado na literatura citada anteriormente.

A possibilidade de utilizar múltiplos insumos e produtos, a necessidade de poucas hipóteses sobre os dados e a flexibilidade da forma funcional da fronteira de produção fazem com que o DEA seja amplamente usado. No DEA, a eficiência é calculada obtendo-se uma relação entre o vetor de outputs e de inputs, estando situada entre zero e um. Podemos então representá-lo como: $\theta = \frac{[u_0 + u_1 y_1 + \dots + u_n y_n]}{[v_0 + v_1 x_1 + \dots + v_n x_n]} \leq 1$

onde $y = (y_1, y_2, \dots, y_n)$ é o vetor de outputs, $x = (x_1, x_2, \dots, x_n)$ é o vetor de inputs; u_i representa os pesos dos outputs; e v_i representa os pesos dos inputs.

Vale ressaltar que nesse estudo a DMU é definida pelos municípios que receberam o programa, o que inclui a oferta de serviços públicos e incentivos ao setor privado. Para a escolha dos inputs e outputs serão levados em conta critérios metodológicos, incluindo uma revisão da literatura, os marcos legais e objetivos do programa para que consigamos desenhar outputs relacionados aos objetivos do programa. O detalhamento dos recursos aplicados também será importante para a escolha dos inputs e outputs, possibilitando desagregá-los em termos setoriais, considerando ainda dimensões econômicas, sociais, empregabilidade, crescimento, entre outras. Ainda, para analisar efeitos específicos do programa, uma versão adicional do modelo de DEA levará em consideração as firmas como DMU, condicional a disponibilidade de dados para o uso adequado do modelo.

Algumas limitações do uso do modelo de DEA são amplamente conhecidas na literatura (Omrani e Emrouznejad, 2021; Resende e Oliveira, 2017). Como alternativa, diversos métodos têm buscado tornar a estimação mais eficiente. Como exemplo, Oliveira, Resende e Oliveira (2017) analisam a eficiência alocativa do FCO em dois estágios: no primeiro, considerando a DEA e o método de fronteira estocástica de ordem-m e no segundo verificando os determinantes da eficiência por meio da estimação de modelos de regressão. Nesse sentido, a estratégia empírica busca combinar tanto métodos paramétricos quanto não-paramétricos para o cálculo de eficiência, robusto a valores extremos e *outliers*.

Atividades relacionadas

- Levantamento da revisão de literatura;
- Construção e revisão da base de dados;
- Elaboração das rotinas de manipulação e estimação de modelos;
- Apresentação de resultados preliminares;
- Construção de fronteira e rank de eficiência;
- Análises de robustez e heterogeneidade;
- Discussão dos resultados e principais conclusões

Análise de Efetividade

Entendendo a relevância do tema, esta seção possui o objetivo de verificar a efetividade decorrente da fruição dos incentivos fiscais de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis e de reinvestimento na área de atuação da Sudene, sobre o setor de infraestrutura. Portanto, esta parte da pesquisa se concentrará em analisar os impactos do programa, cuja área de atuação abrange toda a região sob a supervisão da SUDENE, instituição responsável pela análise e pelo estímulo ao crescimento econômico do Nordeste brasileiro. Para alcançar o objetivo do trabalho, será utilizada uma estrutura de painel com dados municipais e o efeito causal dos recursos do programa sobre as variáveis

socioeconômicas será estimado a partir do modelo de diferenças em diferenças (DD) canônico ou modelo de efeitos fixos (two-way fixed effects - TWFE), para obter o efeito homogêneo do recebimento de incentivos fiscais. Segundo Greene (2007), os pesquisadores podem utilizar o método de dados em painel para identificar alterações nos comportamentos da sociedade ao decorrer do tempo. Marques (2000) e Baltagi (2005) asseguram que o método de dados em painel possui a capacidade de identificar pontos não perceptíveis em *cross-section* ou série temporal, além de permitir uma quantidade maior de graus de liberdade e eficiência dos estimadores. Entretanto, Resende (2017) destaca que políticas que buscam dinamizar áreas ou setores da economia tendem a transbordar seus efeitos. Desta forma, aqui também iremos usar estimativas de painéis espaciais.

Como sugestão de indicadores, destacam-se o PIB (agregados a nível de município e de setores) e a renda capita, ambos obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), variáveis de inserção do mercado de trabalho formal (RAIS) e informal (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios). Ademais, podem ser investigados indicadores de saúde (DATASUS) e educacionais (INEP), além dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IPEA) dos municípios tratados e vizinhos. Deve-se notar, portanto, a aplicabilidade de tais indicadores e a possibilidade de expansão do rol de variáveis a depender do desenho e viabilidade da estratégia de identificação.

As estimativas dos modelos de econometria espacial necessitam da presença de uma matriz de pesos espaciais. Neste estudo, será criada a rainha, que se atenta a todos os vizinhos, a torre, que considera apenas os vizinhos localizados nos vértices e a de cinco e dez vizinhos mais próximos. A próxima etapa é a implementação do teste CD de Pesaran, disposto no trabalho de Elhorst (2010), tendo como hipótese nula a independência transversal das séries, enquanto a alternativa aponta dependência das observações ao longo dos anos. Posteriormente a realização das matrizes supracitadas, aplica-se o procedimento de Baumont (2004), que aponta como indicada a matriz que obtiver o maior índice. Além disso, é efetuado o teste LM-lambda de Baltagi, Song e Koh, disposto no pacote *splm* do R, para a verificação se os dados em painel possuem autocorrelação espacial. De acordo com Almeida (2012), na presença de dependência espacial, deve-se realizar as estimações de modelos espaciais. Porém, são efetuados a priori os teste LM-lambda e LM-error, a fim de provar se existe dependência espacial na variável dependente, no erro ou em ambos. E por fim, após as estimativas dos modelos econométricos espaciais, escolhe-se o modelo que indicar o menor critério de informação de Akaike (AIC).

Alguns estudos têm demonstrado a relevância do uso de técnicas de análise espacial. Almeida et al. (2007) avaliou a distribuição geográfica dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Os autores destacam que a análise espacial pode ajudar a identificar áreas específicas que se beneficiaram mais ou menos dos fundos. Resende (2014) destaca que o uso de análise espacial pode ser útil para orientar futuras políticas de desenvolvimento regional. O autor também faz referência a outros estudos que utilizaram análise espacial para avaliar a distribuição de renda regional na Europa e para avaliar a política regional da União Europeia.

Atividades relacionadas

- Levantamento da revisão de literatura;
- Definição da estratégia empírica adequado ao desenho de implantação da política;
- Construção e revisão da base de dados;
- Elaboração das rotinas de manipulação e estimação de modelos;
- Construção das matrizes de correlação espacial;
- Análise dos resultados preliminares;
- Análises de robustez e heterogeneidade;
- Discussão dos resultados e principais conclusões

4.3. META 3 - Conclusão do Projeto

Nessa etapa serão consolidados os resultados com a sistematização das contribuições técnicas da equipe da Sudene na elaboração do sumário executivo e do relatório final da avaliação com detalhamento dos resultados centrais e das recomendações para o programa de incentivos para o setor de infraestrutura.

Atividades relacionadas

- Realização de uma oficina para apresentação dos resultados do projeto;
- Sistematização das contribuições vindas da oficina;

- Elaboração de sumário executivo e relatório final.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, conforme disciplina a Lei Complementar no 125, de 03 de janeiro de 2007, deve perseguir a promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação 1 e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. Entre os instrumentos que dispõe para estimular a atividade produtiva e o desenvolvimento regional, estão os incentivos e benefícios fiscais direcionados aos investimentos privados instalados em sua área de abrangência.

Criados na década de 1960, os incentivos fiscais, ao apoiarem projetos, sejam de implementação, ampliação, modernização e/ou diversificação, visam não apenas aumentar a geração de emprego e renda, bem como estimular a formação do capital fixo na área de atuação das Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam). Nos anos de 2019 e 2020, foram aprovados mais de 600 pleitos e registrados investimentos de mais de R\$ 13,4 bilhões e R\$ 3,8 bilhões, respectivamente.

A Portaria No 283, de 4 de julho de 2013, que regulamenta os Incentivos Fiscais geridos pela Sudam e Sudene, estabelece sete tipos de incentivos e benefícios fiscais: (i) a redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis; (ii) a redução escalonada do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis de 12,5% de 2009 a 2013; (iii) os depósitos para reinvestimento; (iv) a depreciação acelerada incentivada para efeito de cálculo do imposto sobre a renda; (v) o desconto, no prazo de 12 (doze) meses contados da aquisição, dos créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS; (vi) a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM; e (vii) a isenção do imposto sobre a renda e do adicional, calculados com base no lucro da exploração para pessoas jurídicas fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital. Atualmente, a Sudene administra apenas os incentivos e benefícios enumerados em (i), (iii) e (vii). Deste rol de incentivos e benefícios, o relativo à redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis representa a maioria dos incentivos concedidos.

De acordo com o relatório de 2020, entre 2013 e 2020, os incentivos fiscais administrados pela Sudene foram responsáveis, direta ou indiretamente, pela atração de investimentos da ordem de R\$247,7 bilhões para a área de atuação. Foram mais de 2.900 empreendimentos incentivados na região, que foram responsáveis pela criação e manutenção de mais de 1 milhão e cem mil empregos. Atraídos pelos incentivos fiscais, novos empreendimentos foram implantados na região, ao longo do período, com investimentos, da ordem de R\$166,3 bilhões, e geração de mais de 137 mil novos empregos com o conseqüente acréscimo na arrecadação de tributos.

O setor que mais registra investimentos, em todos os anos, é o setor de infraestrutura, caracterizado como “infraestrutura, representados pelos projetos de energia, telecomunicações, transportes, instalação de gasodutos, produção de gás, abastecimento de água e esgotamento sanitário”. Nos anos de 2018, 2019 e 2020, o setor aportou 69%, 63% e 55%, respectivamente, do montante de investimentos registrados. Apenas em 2018 (ano atípico de aumento do número de pleitos), o setor aportou R\$ 44,6 bilhões em investimentos. Os incentivos e benefícios fiscais juntamente com os Fundos Constitucionais de Financiamento e os Fundos de Desenvolvimento Regional são instrumentos de atuação e financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. A PNDR, atualizada pelo Decreto no 9.810, de 30 de maio de 2019, tem por finalidade a redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, em última instância, espera-se que os incentivos fiscais, como um dos instrumentos da PNDR, ao gerar novos empregos com a atração de novos negócios e ao possibilitar a modernização e ampliação dos investimentos existentes, contribuam para a redução das desigualdades e desenvolvimento socioeconômico da região.

Portanto, este plano de trabalho se encontra em consonância com a Portaria MDR nº 3.145/2019, a qual estabelece as diretrizes da política pública fomentada pelos incentivos fiscais através da redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis e de reinvestimento, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Neste sentido, estabelece os objetivos, as metas e os indicadores para a condução da supervisão, acompanhamento e avaliação da política de incentivos concedidos ao setor de infraestrutura.

Observação: Preenchimento da justificativa e motivação para a execução dos créditos orçamentários por outro órgão ou entidade

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- () Sim
(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- (X) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

() Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Observação:

1) Podem ser marcadas uma, duas ou três possibilidades.

2) Não é possível selecionar forma de execução que não esteja prevista no Cadastro de Ações da ação orçamentária específica, disponível no SIOF.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- () Sim
(X) Não

Observação:

1) O pagamento de despesas relativas a custos indiretos está limitado a vinte por cento do valor global pactuado, podendo ser excepcionalmente ampliado pela unidade descentralizadora, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da unidade descentralizada e aprovação da unidade descentralizadora.

Na hipótese de execução por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação aplicável a cada tipo de ajuste

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS / PRODUTOS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Revisão de Literatura, Estratégia Empírica e Diagnóstico	Relatório	01	97.600,00	97.600,00	10/2023	12/2023
PRODUTO 1	Serão desenvolvidos o detalhamento do plano de trabalho que será executado, delineamento dos dados (agregado e desagregados) que serão necessários para o desenvolvimento da pesquisa e descrição pormenorizada das metodologias. Além disso, será realizada uma revisão da literatura e uma análise descritiva de dados sobre o objeto de estudo.						
META 2	Avaliação da Política de Incentivos para o setor de Infraestrutura - consiste em analisar a eficácia, eficiência e efetividade da fruição dos incentivos fiscais do setor de infraestrutura na área de atuação da Sudene.	Relatório, Scripts e dados	01	42.800,00	42.800,00	12/2023	02/2024
PRODUTO 2	Execução da avaliação de eficácia - Descreve os elementos necessários para avaliar a eficácia da política de incentivos fiscais ao setor de infraestrutura sobre variáveis socioeconômicas e do mercado de trabalho, entre os anos de 2009 e 2021.						

META 2	Avaliação da Política de Incentivos para o setor de Infraestrutura - consiste em analisar a eficácia, eficiência e efetividade da fruição dos incentivos fiscais do setor de infraestrutura na área de atuação da Sudene.	Relatório, Scripts e dados	01	42.800,00	42.000,00	02/2024	04/2024
PRODUTO 3	Realização da pesquisa de avaliação de eficiência - avalia se os inputs estão sendo utilizados de forma adequada em relação aos benefícios gerados						
META 2	Avaliação da Política de Incentivos para o setor de Infraestrutura - consiste em analisar a eficácia, eficiência e efetividade da fruição dos incentivos fiscais do setor de infraestrutura na área de atuação da Sudene.	Relatório, Scripts e dados	01	21.400,00	21.400,00	04/2024	05/2024
PRODUTO 4	Desenvolvimento da avaliação de efetividade - verificar a efetividade decorrente da fruição dos incentivos fiscais de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis e de reinvestimento na área de atuação da Sudene						
META 3	Conclusão do Projeto	Relatório, Apresentação e Oficina	01	7.000,00	11.232,00	05/2024	06/2024
PRODUTO 5	Relatório Final; Sumário Executivo e Seminário Técnico						

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

MÊS/ANO	VALOR
Outubro/2023	84.640,00
Janeiro/2024	63.480,00
Abril/2024	63.480,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO – PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339020	Não	175.600,00
339018	Não	36.000,00

Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa

12. ASSINATURAS

JOSÉ LINDOSO DE ALBUQUERQUE FILHO Diretor de Administração da SUDENE	VALDINEY VELOSO GOUVEIA Reitor da UFPB
--	--



Documento assinado eletronicamente por **José Lindoso de Albuquerque Filho, Diretor de Administração**, em 10/10/2023, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALDINEY VELOSO GOUVEIA, Usuário Externo**, em 10/10/2023, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0555628** e o código CRC **5E23B1AE**.

Criado por [smfg](#), versão 2 por [smfg](#) em 10/10/2023 12:04:22.